

Ao Ilmo. Sr. Pregoeiro Roosevelt Alves da Silva

Ref. Recurso Administrativo - Item 8.1 Edital Pregão Eletrônico nº 033/2024 – DECOMP/DA – Inabilitação da fornecedora – Da Ausência de Demonstração de Capacidade Técnica

ENGEMAIA & CIA. LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.449.936/0001-02, com endereço na Rua Dr. Fernando Allain, 45, Espinheiro, Recife/PE, neste ato representada por seu sócio administrador, vem, diante Da documentação de habilitação e respectivas declarações da fornecedora WM PAISAGISMO URBANISMO E COMERCIO LTDA., apresentar **RECURSO ADMINISTRATIVO**, nos termos do capítulo 08 do edital de licitação do pregão eletrônico nº 033/2024 - DECOMP/DA, conforme razões abaixo elencadas.

1. Tempestividade

Nos termos do edital de licitação publicado, os licitantes devem manifestar sua intenção de recurso no prazo assinalado pelo pregoeiro.

Conforme indicação, a **ENGEMAIA & CIA. LTDA.** manifestou regularmente sua intenção de recurso via sistema eletrônico na data de 13 de janeiro de 2025.

Considerado o prazo de 03 dias para apresentação da petição de recurso (item 8.1 do edital de licitação), considera-se tempestiva a presente manifestação recursal.

2. Das razões de Recurso

A) Da Ausência de Demonstração de Capacidade Técnica para Prestação dos Serviços Licitados (Destocamento)

O edital do pregão eletrônico nº 033/2024 possui como objeto a contratação de empresa especializada na manutenção de indivíduos arbóreos localizados em **áreas URBANAS públicas**, para a operacionalização dos serviços de podas, supressão, remoção de árvores mortas e caídas, destocamento, limpeza do local das intervenções, trituração, recolhimento e transporte dos resíduos de origem vegetal oriundos da operação, com disponibilização de mão de obra, equipamentos e materiais necessários ao manejo da arborização urbana do Distrito Federal.

Ao longo de suas disposições acerca das condições de prestação do serviço licitado, o edital publicado se preocupou em diferentes passagens com a definição da

natureza da área de prestação do serviço, qual seja, **A ÁREA DE ZONEAMENTO URBANO**.

Além da descrição do objeto licitado, o item 4.6.3 do Termo de Referência traz previsão específica acerca da área de zoneamento urbano:

4.6.3. O objeto da presente contratação não é eminentemente intelectual nem de Tecnologia da informação, visto que se trata de contratação de serviço de manutenção de indivíduos arbóreos em **áreas verdes públicas urbanas**.

(Grifo nosso)

Entre os serviços licitados está a atividade de “destocamento”, que pode ser definida como a remoção de tocos e raízes de árvores em uma área de solo, através da escarificação, supressão de material vegetal, readequação, preparação e nivelamento da superfície.

A atividade pode ser realizada em áreas de natureza urbana ou em áreas de natureza rural.

A natureza das áreas de solo afetadas pela atividade de “destocamento” tem relevância para a verificação das melhores técnicas de engenharia para execução das etapas necessárias, inclusive para preservação dos elementos de solo e matéria vinculados e anexos à área de atividade.

Em solo rural, a atividade de “destocamento” pode ser feita de forma rudimentar, sem a necessidade de manutenção do calçamento ou preocupação com a afetação de elementos de infraestrutura.

Em solo urbano, o “destocamento” exige a observação das condições específicas de construções de natureza urbana, adaptadas e vinculadas aos elementos de natureza vegetal agregados ao ambiente.

A atividade em questão, embora semelhante em sua conceituação, exige o emprego de equipamentos e técnicas diferenciadas vinculadas aos elementos integrantes dos zoneamentos urbano e rural.

Nesse sentido, os itens 7.47, 7.53 e 7.54 do Termo de Referência trazem as seguintes disposições:

7.47. Objetivando eliminar resíduos lenhosos e proporcionar um manejo completo e eficiente da **arborização urbana**, a contratada deverá realizar, APENAS QUANDO SOLICITADO, o destocamento e a retirada dos resíduos remanescentes produzidos pelas intervenções arbóreas.

7.53. Nos casos de supressão com destocamento, os serviços só serão considerados como concluídos somente após a execução de TODOS os serviços de manutenção de indivíduos arbóreos: a supressão, o destocamento, a limpeza do local, inclusive com varrição caso necessário, a trituração, recolhimento e o transporte de resíduos.

7.54. O serviço de destocamento poderá ser solicitado tanto em **áreas verdes públicas como em vias e calçadas, devendo a contratante preparar o local para a devida execução do serviço.**

Tendo em vista que a atividade de “destocamento” não constitui a essência do objeto principal, o edital de licitação não exigiu a demonstração de quantitativo para demonstração da aptidão técnica para prestação desse objeto de serviço.

Contudo, considerada a necessidade de competência para a prestação do serviço vinculado ao objeto principal, o Termo de Referência exigiu a demonstração de execução da atividade, em qualquer tempo, nas mesmas condições pretendidas pelo edital de licitação.

Em prova de sua aptidão profissional e técnica para prestação do serviço de destocamento, a empresa WM PAISAGISMO URBANISMO E COMERCIO LTDA. apresentou Certidão de Acervo Técnico (CAT) emitida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Distrito Federal, com indicação de execução da atividade em favor da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Distrito Federal.

A Resolução nº 1.137/2023 do CONFEA traz as condições de emissão do Certificado de Acervo Técnico de serviços de engenharia praticados pelos profissionais e/ou empresas e prevê, em seu artigo 58, parágrafo único, a seguinte disposição:

Art. 58. É facultado ao profissional requerer o registro de atestado fornecido por pessoa física ou jurídica de direito público ou privado contratante com o objetivo de instruir o processo de emissão de CAT e de fazer prova de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos.

Parágrafo único. O atestado é a declaração fornecida pelo contratante da obra ou serviço, pessoa física ou jurídica de direito público ou privado, que atesta a execução de obra ou a prestação de serviço e **identifica seus elementos quantitativos e qualitativos, o local** e o período de execução, os responsáveis técnicos envolvidos, as atividades técnicas executadas e a empresa contratada.

(Grifo nosso)

O CAT é o documento que atesta integralmente as condições de prestação do serviço praticado pelo profissional e/ou empresa.

Observa-se pela CAT apresentada pela empresa WM PAISAGISMO URBANISMO E COMERCIO LTDA. que **o serviço de destocamento executado pela licitante aconteceu em área de natureza rural**. A seguir apresenta-se a descrição do local de prestação do serviço, conforme descrição da CAT:

“Local de Execução dos Serviços: Os serviços foram realizados no Complexo Penitenciário da Papuda, **Zona Rural** da Região Administrativa de São Sebastião – DF, CEP: 70297-400, numa área de 15 hectares”

(Grifo nosso)

Nesse sentido, embora o item 11.4.3 do Termo de Referência tenha dispensado a apresentação de documentação sobre o quantitativo do serviço de destocamento, foi exigida a demonstração de execução prévia da atividade nas mesmas condições e requisitos exigidos pelo edital de licitação.

Em todas as passagens de descrição da área de prestação dos serviços licitados a autoridade licitante discriminou a área de zoneamento urbano como local de prestação do serviço.

Há, inclusive, definição específica do conceito de “área verde urbana”, conforme se observa do item 6.1 do Termo de Referência:

6.1. São apresentadas a seguir palavras chave, importantes para a compreensão deste Termo de Referência:

AREA VERDE URBANA: espaços, públicos, urbanos, com predomínio de vegetação, preferencialmente nativa, natural ou recuperada, previstos no Plano Diretor, nas Leis de Zoneamento Urbano e Uso do Solo do Município, destinados aos propósitos de recreação, lazer, melhoria da qualidade ambiental urbana, proteção dos recursos hídricos, manutenção ou melhoria paisagística, proteção de bens e manifestações culturais.

Também na descrição de prestação do serviço, em sua indicação de equipamentos para emprego das técnicas de engenharia adequadas, está citada de forma expressa a necessidade de adequação ao solo urbano em observação das condições específicas da área de zoneamento urbano, conforme tabela do item 28.2, número 11, do Termo de Referência:

11 - Destocador móvel autopropelido - Destocador móvel autopropelido de uso profissional com potência mínima de 18,5 kW/25 HP, de tamanho **compatível com desempenho de atividades em área urbana.**

Caso fosse irrelevante a diferenciação do serviço em área urbana ou área rural, a administração pública não teria se preocupado em discriminar a natureza do local de prestação do serviço como elemento essencial.

Especificamente sobre o serviço de destocamento, não haveria razão para destacar a característica de tamanho e desempenho adequados para execução da atividade em área urbana se não houvesse relevância e diferença na prestação do serviço em áreas de natureza diferente.

Observa-se, portanto, que os licitantes deveriam ter demonstrado à administração pública sua aptidão técnica com documentos de atestado da execução prévia do serviço de destocamento em **ÁREA URBANA.**

A CAT apresentada pela empresa WM PAISAGISMO URBANISMO E COMERCIO LTDA. não cumpriu com a prova da execução prévia do serviço de destocamento em **ÁREA URBANA** por parte da licitante.

O documento apresentado ao pregoeiro indica de forma expressa que o local de prestação do serviço possuía natureza de área de zoneamento rural.

Não cabe ao administrador público a opção desvinculada das razões do edital quanto aos termos de habilitação dos licitantes.

A garantia dos termos previstos na lei é expressão do Princípio da Legalidade na atividade da Administração Pública.

Sobre a legalidade a doutrina de José dos Santos Carvalho Filho afirma que se trata "do princípio basilar de toda a atividade administrativa. Significa que o administrador não pode fazer prevalecer sua vontade pessoal; sua atuação tem que se cingir ao que a lei impõe. Essa limitação do administrador é que, em última instância, garante os indivíduos contra os abusos de conduta e desvios de objetivos"¹.

No mesmo sentido, segue o doutrinador em seus ensinamentos sobre o princípio da vinculação ao instrumento convocatório:

¹ CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 33. Ed. São Paulo: Atlas, 2019. p. 253

“A vinculação ao instrumento convocatório é a garantia do administrador e dos administrados. Significa que as regras traçadas para o procedimento devem ser fielmente observadas por todos. Se a regra fixada não é respeitada, o procedimento se torna inválido e suscetível de correção na via administrativa ou judicial.

O princípio da vinculação tem extrema importância. Por ele, evita-se a alteração de critérios de julgamento, além de dar a certeza aos interessados do que pretende a Administração. E se evita, finalmente, qualquer brecha que provoque violação à moralidade administrativa, à impessoalidade e à probidade administrativa.”²

A consideração de aptidão técnica da licitante com documento dissociado das exigências do edital de licitação, implicará no desrespeito aos ditames do procedimento licitatório e ao **Princípio de Vinculação ao Instrumento Convocatório**.

Em respeito às regras do edital de licitação publicado e determinações do Termo de Referência, a capacidade técnica da licitante WM PAISAGISMO URBANISMO E COMERCIO LTDA. deve ser reconsiderada, tendo em vista a ausência de demonstração da execução prévia do serviço de destocamento em **ÁREA URBANA**.

3. Conclusão

Em face do exposto, a ENGEMAIA & CIA. Ltda. requer à Comissão de Licitação a declaração de inabilitação da licitante WM PAISAGISMO URBANISMO E COMERCIO LTDA. em razão do não cumprimento da exigência do item 11.4.3 do Termo de Referência da licitação, pois ausente documentação com prova de execução prévia do serviço de destocamento em **ÁREA URBANA**.

Brasília, 16 de janeiro de 2025

ENGEMAIA & CIA. Ltda.
Representada por
Pedro Luiz Maia e Silva

² Ibidem. p. 255